



Walt Disney e Karl Marx: interpretações sobre Imperialismo (1870-1918)

**Prof. Dr. Dennison de Oliveira
(DEHIS/SCHLA/UFPR)**

Introdução

O tema deste texto é o fenômeno histórico do Imperialismo, referindo-se à conjuntura compreendida entre o processo final de formação dos Estados nacionais modernos na Europa (1870) e a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). O foco recai sobre as principais interpretações sobre o tema e suas variantes, entre as de maior repercussão na historiografia de alcance e prestígio mundiais: o marxismo e o liberalismo. Finalmente, será feita uma avaliação parcial do impacto destas em um ramo da indústria cultural brasileira, vinculado à um importante monopólio norte-americano, do período de auge da Ditadura Militar no Brasil (1972), a título de exemplo da hegemonia exercida pela interpretação de inspiração marxista.

1. Marxismo(s) e Liberalismo: divergências fundamentais nas interpretações sobre o Imperialismo.

A partir de 1870 deu-se a subordinação de extensas áreas em quase todos continentes por parte das grandes nações desenvolvidas na Europa, o Japão e os EUA, caracterizando o período como a Era dos Impérios. A criação de enormes Impérios foi resultado de um conjunto de iniciativas políticas, econômicas e militares por parte de países que lideravam tanto os processos de industrialização quanto de disputa do mercado mundial naquele momento. A ocorrência quase simultânea da corrida imperialista entre as maiores nações da Europa (GB, França, Alemanha, Itália), EUA e Japão, a competição por parcelas do mercado mundial, a Segunda Revolução Industrial e o acirramento das rivalidades diplomáticas e militares entre aquelas nações suscitou extensos debates sobre as possíveis relações entre estes fenômenos. No conjunto das diversas interpretações sobre o Imperialismo e seus nexos com as diversas esferas de atividade humana duas correntes intelectuais se destacaram: o marxismo e suas variantes e o liberalismo.

Os pontos de vista originalmente expressos por Marx e posteriormente por Lênin e Rosa Luxemburgo foram certamente os mais importantes em se tratando de forjar uma interpretação sobre o Imperialismo. Tentando se resumir ao máximo o cerne da argumentação de Marx, diria que o aspecto central da interpretação marxista reside no fato de entender que a corrida imperialista é um resultado das contradições inerentes ao capitalismo que, para assegurar a continuidade da sua existência, apela à extensas anexações de áreas e populações as quais submete à uma dominação colonial. A partir de suas colocações originais é que foram elaborados outras interpretações de caráter



divergente por Lênin e Rosa Luxemburgo. As ênfases específicas de cada um podem pelo menos em parte serem explicadas pela realidade nacional vivenciada por cada um.

Rosa Luxemburgo passou à história como líder revolucionária na Alemanha de 1918, mas levou a maior parte da sua vida na Polônia, ainda parte do antigo império Russo, que só seria extinto com a Revolução Bolchevique de 1917. Até onde se pode perceber, tratava-se de região onde aos operários – tanto urbanos quanto rurais - eram impostas as piores condições de vida e trabalho. Extensas jornadas de trabalho, remuneração extremamente baixa, largo emprego ao trabalho infantil e feminino, enfim, características típicas do início da Revolução Industrial (1770) ainda eram a regra na Polônia do início do século XX onde Rosa Luxemburgo por tanto tempo viveu.

Segundo Rosa Luxemburgo, uma vez que a classe operária nacional dispõem de condições muito desfavoráveis de exercer o papel de consumidora, absorvendo a crescente produção rural e urbana, cabia ao capitalismo procurar outras regiões que possam se prestar ao papel de zona de absorção dos excedentes exportáveis de uma economia onde a produtividade (alavancada pela aplicação da energia elétrica e do petróleo aos processos produtivos mecanizados) é cada vez maior. Se os mercados internos já não bastam, a corrida por mercados alternativos – se possível cativos – se torna uma necessidade. Contudo, o caráter limitado das áreas que ainda podem ser submetidas à um estatuto colonial formal (como a África) ou informal (como a América Latina) são limitadas e finitas, o que por sua vez fatalmente levará à um conflito militar de largas proporções.

Vladimir Ilich Lênin, por sua vez, talvez a personalidade de maior influência na história do século passado, se tornou mundialmente conhecido como a maior liderança da Revolução Bolchevique de 1917, mas viveu muitos anos como exilado em Londres, então capital do maior império jamais visto na história: o Império Britânico da rainha Vitória (1837-1903). No momento em que escreve sobre o tema do imperialismo, a economia britânica, em que pese uma progressiva concentração da propriedade privada já em curso, ainda era fortemente concorrencial.

Conseqüentemente, em se tratando de refletir sobre as contradições do capitalismo e seus vínculos com o imperialismo, Lênin vai enfatizar a tendência à queda de lucros como principal nexos explicativo. É a crescente concorrência entre os capitalistas que leva à queda contínua da taxa de lucros, impondo aos capitalistas esforços cada vez maiores para manter seus negócios viáveis. Contudo, a emulação



destes esforços por parte dos concorrentes acaba por anular quaisquer vantagens comparativas, fazendo da queda da taxa de lucros uma realidade insanável. Desta forma, o problema só pode ser – pelo menos provisoriamente – sanado com o apelo à prática da anexação territorial (formal ou informal) que garanta áreas cativas para os capitalistas explorarem a salvo de seus concorrentes de outras nações.

O cenário que Lênin descreve é de um mundo que é progressivamente dividido em áreas de influência entre os diferentes governos nacionais. Esta divisão necessariamente aumenta a tensão entre as nações, o que por sua vez acabará por tornar uma guerra de grandes proporções inevitável. A conclusão de suas reflexões não é, como pode parecer, pessimista. Pelo contrário, Lênin imagina que será graças ao caos e à desestabilização provocados em escala global por esta futura guerra que levará à criação de condições objetivas para a realização de uma revolução socialista mundial.

Já os pensadores de orientação liberal, como Schumpeter (1911) e seus seguidores, por exemplo Arno Mayer (1987), partem de um ponto de vista dimetralmente oposto. Segundo eles, os marxistas exageraram largamente o papel desempenhado pela burguesia no processo de definição dos rumos da sociedade capitalista da época da Segunda Revolução Industrial, para não mencionar a avaliação do alcance que a disseminação das relações capitalistas de produção teria àquela época logrado.

Para esta corrente de pensadores, eventos como a corrida imperialista e a própria Primeira Guerra Mundial teriam sido resultado da ação das elites feudais, nobiliárquicas e burocráticas, ainda firmemente encasteladas no ápice da estrutura de poder das sociedades capitalistas, inclusive nos países onde teriam se verificado as Revoluções Burguesas (GB – 1688, França – 1789). Sob a ótica das interpretações liberais, tanto a conquista de territórios característica do imperialismo quanto a guerra, são atividades estranhas ao interesse e mentalidade capitalistas, sempre comprometidas com a liberdade de produção e circulação de mercadorias, quanto com a não-regulamentação ou não-ingerência do Estado nos negócios privados.

Recusando a tese de que a corrida imperialista e a guerra mundial seriam produtos das contradições internas insuperáveis do capitalismo, os autores liberais defendem a idéia de que teria sido justamente a ação das elites políticas do antigo regime, ainda decisivas na elaboração das políticas nacionais àquela época, as responsáveis por ambos eventos históricos. Essas iniciativas teriam sido tomadas para



frear o declínio social e econômico de que padeciam tais elites numa conjuntura marcada por um capitalismo industrial em acelerada expansão.

Tais considerações ganharam força ainda maior quando da percepção, inclusive por parte de autores inspirados no marxismo, do papel desempenhado pelas elites fundiárias nobiliárquicas no avanço das relações capitalistas de produção, vinculadas tanto ao imperialismo quanto à guerra. Da maior importância nesse caso seria a publicação da obra de Barrington Moore Jr. em 1967 onde, no esforço de entender os processos históricos de formação da democracia e da ditadura nas nações capitalistas avançadas, elaborou o conceito de “modernização conservadora”. Tal modalidade de entendimento da passagem da sociedade rural e agrícola para a urbana e industrial, típica de países como a Alemanha e o Japão, se mostrou particularmente convincente, à luz das evidências apresentadas pelo autor. Nestes países, segundo ele, as antigas elites nobiliárquicas mantiveram seu poder político à despeito do desafio que lhes faziam as novas classes sociais em franca emergência naquela conjuntura da história do capitalismo (burguesia e proletariado).

Contendo sistematicamente e até o limite as exigências de maior liberalização que lhes faziam a burguesia e, reprimindo e combatendo o ânimo socialista/anarquista revolucionário das classes despossuídas, teria cabido à nobreza e realeza composta de grandes proprietários rurais, a implementação de um projeto de industrialização e urbanização na Alemanha e no Japão que, longe de se constituírem em ameaça ao seu poder, atuaram de forma a consolidar o papel politicamente dominante que eles exerciam. Teria havido então um substancial processo de modernização dessas sociedades, ao mesmo tempo em que se conservava o poder político nas mãos das elites tradicionais. Faz sentido, segundo o autor, se falar em “modernização conservadora”.

Contudo, mesmo ele não faz qualquer alteração à caracterização marxista original das sociedades britânica, francesa e norte-americana, como política e economicamente burguesas. Segundo ele, foi no decorrer das revoluções burguesas (GB – 1688, França – 1789, EUA, 1864) que os emergentes empresários e homens de negócios capitalistas conseguiram destruir o poder político e econômico das elites agrárias (e nos EUA, escravistas) tradicionais, abrindo espaço para a generalização das relações capitalistas de produção, liquidando com as normas e práticas típicas do feudalismo (e nos EUA, escravistas). Simultaneamente, conseguiram também conter as aspirações do proletariado à expansão e radicalização do processo revolucionário,



acabando com a possibilidade de se solapar as bases da sociedade capitalista e implantar algum tipo de regime socialista.

Em que pesem estas reelaborações das teorias originais sobre o imperialismo e a guerra mundial, pode-se perceber que se mantém o caráter antagônico das mais importantes destas interpretações: o(s) marxismo(s) e o liberalismo. A primeira imputando a origem destes fenômenos às contradições internas inerentes ao capitalismo; a segunda entendendo que tal origem se deve à ação e aos interesses dos elementos feudais, ou pré-capitalistas. E, das duas, pode-se concluir que são as de inspiração marxista as que gozam de maior prestígio e penetração entre diversas classes e grupos sociais, resultado em parte do esforço despendido pela antiga U.R.S.S na sua divulgação, como se pretende exemplificar a seguir.

2. Os monopólios da indústria cultural, a ditadura militar brasileira e a divulgação junto ao público infantil das interpretações marxistas sobre a origem do imperialismo: o caso da Enciclopédia Disney (1973).

As principais componentes da conjuntura histórica vivida pelo Brasil durante a Ditadura Militar são relativamente bem conhecidas e legaram extensa literatura. Aqui seria importante, em se tratando de exemplificar o caráter destacar dois dos seus aspectos: a extraordinária expansão da indústria cultural e a radicalização da ação repressiva do governo central.

Parece haver um relativo consenso sobre o estágio de desenvolvimento da indústria cultural brasileira à época da ditadura militar (1964-85). Seguindo um autor como Ortiz (1988) percebemos que aquela conjuntura foi marcada pela consolidação de um expressivo mercado de bens simbólicos. Essa consolidação se manifesta nos indicadores relativos ao mercado editorial, televisivo, cinematográfico e teatral, só para citar alguns dos mais importantes.

Destes nos interessa de perto o mercado editorial. Entre 1966 e 1980 o número de livros publicados no país saltou de 43,6 milhões/ano para 245,4 milhões ano. Tal evolução – impressionante para um país com tão baixos índices de renda e alfabetização – foi possível tanto devido às políticas públicas do regime militar, quando à evolução da tecnologia disponível aplicada às artes gráficas. Os incentivos governamentais à produção de papel para livros e jornais fez com que o país se tornasse auto-suficiente na



obtenção deste produto já antes do fim da década de 1960. A disseminação de novas tecnologias de impressão como o *off-set* – igualmente estimuladas pelas iniciativas governamentais – levou à expansão não só das tiragens de livros e revistas, mas também à sua diversificação, sempre visando atingir públicos mais amplos e variados.

Igualmente relevante é destacar aqui o crescimento do mercado de revistas entre 1960 e 1985 que, de uma tiragem de 104 milhões de exemplares/ano passa para 500 milhões de exemplares/ano. Tal mercado era dominado – como em boa medida ainda o é hoje – pela Editora Abril de São Paulo/SP. Tal editora também foi pioneira na divulgação entre nós dos produtos daquele que é o grande monopólio da diversão e entretenimento dos EUA, o grupo fundado por Walt Disney. De fato, em 1950 a Editora Abril compra os direitos de imprimir no Brasil a revista o Pato Donald, responsável por uma tiragem de 83 mil exemplares/ano. Desde então o número de títulos dedicado ao mercado infantil subiu para setenta, somando em 1986 uma tiragem de 90 milhões de exemplares/ano. Além do Pato Donald, personagens Disney como Zé Carioca (criado precisamente durante a Segunda Guerra Mundial, no contexto da campanha ideológica dos EUA junto dos países da América Latina para forjar a “defesa hemisférica” contra os países do Eixo), Tio Patinhas, Mickey Mouse, também ganham suas próprias revistas, além de participarem de outros produtos destinados ao público infantil como a Enciclopédia Disney (1973) que engloba disciplinas como geologia, história, astronomia, botânica, etc.

Ao mesmo tempo em que a indústria cultural se expandia, modernizava e diversificava, o Regime Militar implementava com uma radicalização cada vez maior todo um conjunto de medidas repressivas e de publicidade, destinadas – nos quadros da então vigente “Doutrina de Segurança Nacional” – a impedir a subversão da ordem interna e garantir a adesão da população aos objetivos e metas do governo central. No dizer de autores como CRUZ & MARTINS (1983: p. 43):

“... desenvolvia-se um exercício sistemático de intimidação... ao terrorismo branco de oficiais paranóicos que enchiam as páginas dos jornais mais importantes do país com proclamações fantásticas onde a liberdade sexual, o consumo de drogas e as opiniões políticas menos ortodoxas se fundiam como facetas da estratégia blochevista para destruir a família, a harmonia social e a paz política... nunca, como nestes anos o país esteve tão próximo da imagem ideal que dele fazia a extrema-direita”.

Nesta conjuntura dominada por aquele que talvez tenha sido o mais cruel e repressivo regime político brasileiro (a ditadura varguista – 1937/45 – também disputa



essa duvidosa honraria), marcado por um anti-comunismo que beirava a histeria e, por vezes, ia além dela, uma indústria cultural monopolista, internacionalizada, censurada e convergente com o governo em “despolitizar” os seus conteúdos, é que achamos relevante examinar que interpretação sobre o imperialismo as crianças leitoras da Enciclopédia Disney podiam ali encontrar.

O exame dos conteúdos Disney publicados no Brasil desta conjuntura se torna ainda mais relevante se levarmos em conta o seu histórico de portadores – senão defensores explícitos - dos valores do capitalismo monopolista, como se pode perceber de forma enfática e geralmente correta no clássico “Para ler o Pato Donald” (DORFMAN, A & MATTELART, A. 1971). Tentando resumir ao máximo a “ideologia Disney” divulgada nas histórias em quadrinhos e denunciada pelo autores neste livro, seria indispensável mencionar a ênfase obsessiva e explícita em valores como o conformismo, autoritarismo, consumismo, moralismo, conservadorismo, puritanismo e sub-liminarmente, a defesa do capitalismo à época do imperialismo. Dito isto é o caso de se recolocar a pergunta: que interpretação sobre o imperialismo as crianças leitoras da Enciclopédia Disney podiam ali encontrar?

A resposta exige a transcrição de extensos trechos do volume em questão. Nele tomam parte sete dos patos criados por Disney: o multimilionário e mesquinho Tio Patinhas, o sábio e idoso professor Ludovico, o Pato Donald, sua namorada Margarida, e seus sobrinhos Huguinho, Zezinho e Luizinho. No episódio todos foram à França, buscar num abandonado campo de batalha da Primeira Guerra Mundial um esquecido vidrinho que contém a fórmula de um inseticida infalível que permitirá ao Tio Patinhas vencer seus concorrentes neste mercado. Evidentemente a conversa então recaí sobre as origens da Primeira Guerra Mundial. O personagem que instruiu os demais é o sábio professor Ludovico que assim introduz o tema:

Ludovico, animado, continuava:

– Por volta de 1870, no Ocidente, com a utilização do petróleo e da energia elétrica, a indústria desenvolveu-se como nunca até então. Foi a chamada Segunda Revolução Industrial. Os países adiantados passaram a produzir muito mais mercadorias do que podiam consumir.

– E aí, então... – ajudou Margarida.

– Aí, os industriais pensaram em vender seus produtos excedentes para outros países civilizados, como vinham fazendo desde o começo da Revolução Industrial. Só que agora a situação era outra. As indústrias haviam se expandido muito em toda Europa e nos Estados Unidos. Cada um daqueles países tinha suas próprias fábricas, e seus estoquezinhos encahados. Nações como a Alemanha e os Estados Unidos lançavam impostos pesados sobre a importação de produtos



estrangeiros, para vender melhor os seus próprios. E havia ainda outro excedente, outra coisa sobrando. Imaginem só o que era?

– O... o... – gaguejou Margarida apanhada de surpresa...

– Capital! Dinheiro! – exclamou Ludovico entusiasmado. – Havia dinheiro sobrando na Europa, graças ao aumento da produção das empresas. Os lucros eram enormes. E este capital precisava ser aplicado, senão iria perdendo o valor. (p. 1765)

Desconcertante e paradoxal como possa parecer, o personagem em questão adota um ponto de vista inequivocadamente marxista ou, se preferirem anti-liberal. É o nexos entre a Revolução Industrial, os estoques excedentes e a necessidade de reinvestir o capital para que este não se perca que o personagem enfatiza. Isto é, o foco da conversa recai sobre aquilo que qualquer militante dos partidos comunistas denominaria de “contradições do capitalismo”. Mais ainda, na interpretação do prof. Ludovico existe um nexos evidente entre estas contradições e o imperialismo:

– Então era isso? – admirou-se Zezinho. – Mas não havia escolas a construir, hospitais, estradas? Não podiam aumentar os salários?

– É claro que havia muita coisa a fazer pelo bem de todos. Mas não eram investimentos rentáveis. Que empresário ia querer se arruinar. Por mais bem intencionado que fosse?

– E que fizeram, então?

– Tanto para vender excedentes, como para investir os capitais a solução foi obter mais territórios na África e na Ásia. Conquistar colônias trazia duas vantagens: elas possuíam ferro, cobre, petróleo, manganês, borracha, açúcar, algodão, tudo que a indústria precisava, nos países adiantados, para manter a produção em larga escala. Por outro lado, aquelas regiões atrasadas poderiam ser obrigadas a comprar todos os excedentes da produção europeia; era só forçá-las um pouquinho, submetendo-as à administração europeia. Ai elas teriam que comprar, por bem ou por mal. Quem é que resistia ao poder dos europeus, naquela época?

– Interessantíssimo! – exclamou Margarida...

– E o capital a investir? – perguntou Luisinho. – Como é que as colônias entravam nisto?

– Pois esta era a peça mais importante deste novo sistema colonial, que passou a ser conhecido como "imperialismo". Em primeiro lugar, a própria exploração de minas e plantações nas colônias exigia que fossem construídas estradas de ferro para transportar as mercadorias, e eletricidade, gás, rodovias. etc. E depois, à medida que iam comprando produtos da indústria europeia os países coloniais precisavam criar serviços básicos para poder usar esses artigos.

- Quem comprou uma lâmpada elétrica precisa de eletricidade para acendê-la não é isso? - sugeriu Zezinho.

- Exatamente. Aí vinha o industrial europeu, oferecia-se para construir a usina de eletricidade, construía, cobrava a eletricidade e levava o lucro para casa.

Temos ai, portanto, uma adoção quase que integral das teses marxistas, tanto, no que se refere à função das colônias na absorção de excedentes não absorvíveis (Rosa Luxemburgo), quanto como resposta ao acirramento da concorrência (Lênin) e a



necessidade de reinvestimento do lucro nos quadros do ciclo de acumulação de capital (Marx). Resta saber de que forma o texto interpreta o nexo entre a corrida imperialista e a eclosão da Primeira Guerra Mundial. Nesse sentido a fala do personagem não poderia ser mais explícita:

- E os japoneses se tornaram imperialistas também. Tomaram da China a Coreia, a Manchúria, Formosa, venceram uma guerra contra os russos, que estavam incomodando com seus avanços na Manchúria, puseram o olho nas possessões alemãs e colidiram com os americanos em sua expansão pelo oceano Pacífico. Tudo isso meus caros, em apenas trinta anos!
- E esta loucura toda – perguntaram os patinhos impressionados, povos correndo para vender encalhes e ganhar mais dinheiro que o vizinho? Em que deu isto tudo?
- NAQUILO! – exclamou Ludovico apontando para o antigo campo de trincheiras onde haviam chegado finalmente. – A Primeira Guerra Mundial!

Os textos aqui transcritos falam por si. Neles estão presentes, ainda que de forma resumida, as principais componentes das interpretações marxistas sobre o fenômeno do imperialismo à época da Segunda Revolução Industrial. Contudo, além de enfatizar o caráter explícito da presença destas componentes, vale a pena chamar a atenção para a completa ausência de elementos da teoria liberal do imperialismo. Afinal de contas seria lícito se prever que os personagens Disney, com sua defesa do conformismo, autoritarismo, consumismo, moralismo, conservadorismo, puritanismo, imperialismo, etc. deveriam se filiar à corrente liberal de interpretação do imperialismo. Contudo, não existe no texto a mais remota menção à natureza inerentemente pacífica e liberal do capitalismo; inexistente qualquer menção ao domínio das antigas classes dominantes de origem feudal e nobiliárquica, que teriam usado do imperialismo e da guerra para frear seu declínio econômico e político. Enfim, existe uma opção clara e inequívoca dos autores do texto pela adoção das teorias marxistas sobre a guerra e o imperialismo. E é ao esforço de entendimento desta constatação que dedicamos nossas considerações finais.

Conclusão: a natureza e o caráter da indústria cultural frente aos debates intelectuais de sua época.

Como entender a presença tão explícita de elementos de origem marxista (não importando se as ênfases recaem nos originais de Marx, ou se nas variantes Rosaluxemburguistas ou Leninistas) num produto de uma indústria cultural que se organiza em bases capitalistas? Mais ainda, numa publicação impressa por um grupo



monopolista (Editora Abril), a partir de personagens com um histórico de defesa dos valores do capitalismo e sua divulgação junto ao público infantil (Disney), justamente no momento em que a ditadura militar no Brasil levava, através da censura, apreensão de obras, “desaparecimentos” ou ameaça dele à autores e jornalistas, a sua ação repressiva à cultura a um novo auge?

O paradoxo aqui descrito se torna ainda mais impressionante se levarmos em conta os autores identificados com a Escola de Frankfurt, como Adorno e Horkheimer. Para eles a indústria cultural aparece como instância que determina o consumo de bens simbólicos, tidos como homogeneizadores, portadores da ideologia dominante, falsificando as relações de dominação estabelecidas entre os homens. Daí a utilização de conceitos como a “consciência unidimensional” e o “anti-iluminismo” para se referir aos efeitos logrados pela industrialização de massa dos bens de consumo simbólicos numa sociedade capitalista em processo de concentração da propriedade e monopolização dos mercados.

Esta impressão certamente se relativiza a partir das concepções gramscianas sobre os intelectuais e a cultura, e seu contraste com as reflexões da Escola de Frankfurt no que diz respeito ao caráter da indústria cultural. Recusando as concepções pessimistas e totalizantes dos frankfurtianos, as interpretações identificadas com o pensamento gramsciano concedem uma considerável influência aos pensadores e intelectuais, inclusive aqueles engajados à serviço da indústria. Ali, tanto o Estado quanto a indústria cultural aparecem como campos de luta ideológica, permitindo pelo menos alguns embates contra a ideologia capitalista prevalecente. Desta forma, os produtores de bens simbólicos, intelectuais acadêmicos ou empregados na indústria cultural, podem se conceber como agentes na luta contra o capitalismo e/ou o regime político vigente. Seu desafio seria conquistar no interior mesmo destas instituições voltadas à manutenção da ordem capitalista espaços para a contestação e combate à essa mesmas ordem, no contexto da ação política que Gramsci chamaria de “guerra de posições”.

Posta a questão nestes termos, as considerações da Enciclopédia Disney sobre as origens do imperialismo e da guerra publicados à época do auge da ditadura militar numa publicação infantil de larga circulação não nos parecem mais tão paradoxais, mas continuam a nos parecer no mínimo surpreendentes. Encerrando nossas considerações cabe colocar para o futuro mais indagações sobre o tema aqui abordado: teriam sido os



redatores locais ou os norte-americanos os responsáveis pelo texto? Até que ponto a ampla hegemonia e aceitação em nível mundial das teorias marxistas não explica por si só a interpretação veiculada na Enciclopédia Disney? Teriam sido consideradas outras interpretações alternativas à marxista? Ou posto em termos ainda mais simples, teriam os censores da ditadura militar se dado ao trabalho de examinar esta publicação? Ou o fato de ser um produto Disney já lhes bastava como selo de confiabilidade ideológica e política?

Curitiba, PR, 31 de agosto de 2006.



Bibliografia:

CRUZ, S. C. V. & MARTINS, C. E. De Castelo à Figueiredo: uma incursão na pré-história da “abertura” in: ALMEIDA, M. H. T. DE & SORJ, B. Sociedade e política no Brasil pós-64. (orgs.) São Paulo, Brasiliense, 1982.

ENCICLOPÉDIA DISNEY. São Paulo, Ed, Abril, 1973.

GRAMSCI, A. Os intelectuais e a organização da cultura, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.

LÊNIN, V. I. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo, Abril Cultural, 2002.

_____, Que fazer? São Paulo, Hucitec, 1979.

_____, A guerra e a social democracia na Rússia, Obras escolhidas, São Paulo, Alfa-ômega, 1979.

_____, O imperialismo, fase superior do capitalismo. Obras escolhidas, São Paulo, Alfa-ômega, 1979.

MARX, K. & ENGELS, F. Obras escolhidas, Rio de Janeiro, São Paulo, Alfa ômega, 1980.

MAYER, A. A força da tradição: a persistência do antigo regime. São Paulo, Cia. Das Letras, 1987.

ORTIZ, R. A moderna tradição brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1988.

ROSA, Luxemburgo. A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

MACCIOCHI, M.A. A favor de Gramsci, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

MOORE JR, B. As origens da democracia e da ditadura. São Paulo, Martins Fontes, 1979.